REVISTA DIÁLOGOS MEDITERRÂNICOS

ISSN: 2237-6585

O CÃO EM PORTUGAL NA IDADE MÉDIA.

THE DOG IN PORTUGAL DURING THE MIDDLE AGES.

Afonso Soares de Sousa[1]

RESUMO

Neste artigo pretendemos aprofundar o estudo do cão e da sua relação com o Homem no contexto do português, entre os séculos XII a XV. Para tal, propomos estabelecer o conceito medieval de *casta*, que antecedeu aquilo que atualmente denominamos raça; identificar as diferentes *castas* de canídeos medievais e as suas características mais marcantes (alão, sabujo, podengo, galgo, cáravo, mastim); compreender o impacto que estes animais tinham nos mais variados planos da sociedade, incluindo a sua utilização no contexto bélico.

PALAVRAS-CHAVE: CÃO; MEDIEVAL; HISTÓRIA ANIMAL

ABSTRACT

In this article we intend to deepen the study of the dog and its relationship with humans in the Portuguese context, between the 12th and 15th centuries. To this end, we propose to establish the medieval concept of *casta*, which preceded what we currently refer to as breed; to identify the different *castas* of medieval canids and their most distinctive characteristics (*alão, sabujo, podengo, galgo, cáravo, mastim*); and to understand the impact that these animals had on the most varied levels of society, including their use in the military context.

KEYWORDS: DOG; MEDIEVAL; ANIMAL HISTORY.

Introdução[2].

Este texto procura trazer um renovado contributo historiográfico para o estudo do cão na Idade Média e, sobretudo, da relação que o ser humano tinha com este animal. Até

[1] Doutorando em História pela Universidade de Coimbra – Portugal,

[2] Abreviaturas utilizadas: ANTT = Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo; f. = fólio; mor. = morabitinos; sld. = soldos.

ao momento, foram poucos os aportes historiográficos produzidos sobre o cão no medievo português,[3] destacando-se a *História dos cães em Portugal* de Paulo Drumond Braga.[4]

Passadas mais de duas décadas da edição desta obra, importa seguir as linhas historiográficas nesta inauguradas e trazer novos contributos para o conhecimento da relação entre o ser humano e os canídeos, atendendo a uma recolha documental centrada, em particular, no período medieval.

Uma das fontes mais evidentes, para o tema e cronologia em questão, é o *Livro da Montaria* de D. João I que trata inúmeras questões relativas aos canídeos de forma bastante pormenorizada, embora apenas o faça para alãos e sabujos.[5]

Contudo, neste artigo, temos intenção de realizar uma abordagem mais abrangente que não trate apenas os cães próprios da montaria. Assim, procuramos expor evidências documentais de diversas tipologias e dispersas no espaço e no tempo, não ignorando o conhecimento contido no supracitado *Livro da Montaria*, mas, ao mesmo tempo, expandindo a análise para outras fontes, mais recuadas, e deixando entreabertas linhas de investigação que, mais tarde, poderão ser aprofundadas. Pretende-se, sobretudo, não prender este estudo a uma fonte e cronologia do medievo tardio.

1. **Os cães medievais e as suas *castas.***

Os cães e as suas raças, tal como as conhecemos atualmente, não correspondem àquelas que existiam no período medieval. Apesar disso, não podemos esquecer que as

[3] MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspetos da Vida Quotidiana*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 225-227; BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000; SILVA, Manuela Santos; TAVARES, Alice. "Animais Utilizados como Instrumentos de Trabalho e de Transporte". Em: BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, pp. 87-101; BRAGA, Paulo Drumond. «Cães e Gatos, Animais de Companhia por Excelência». Em: BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, pp. 127-153.

[4] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000.

[5] ABALO BUCETA, José Maria de. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2008 [Tese de Doutoramento]. Contrariamente ao que sucede, por exemplo, no *Livre de Chasse* de Gaston Phébus, conforme demostrado por Jacques Bugnion: BUGNION, Jacques. *Les chasses médiévales Le brachet, le lévrier, l'épagneul, leur nomenclature, leur métier, leur typologie*. Gollion: Infolio, 2005.

gentes daquele tempo também estabeleciam divisões entre diferentes tipos de cães, estando estes organizados por aquilo a que denominavam *castas*.

A *casta* é o termo medieval mais próximo daquilo que é hoje a raça. Ainda assim, os dois termos não devem ser confundidos. O que motivava a atribuição de determinada *casta* eram as características físicas do canídeo, sendo que esses mesmos traços fisionómicos definiam também as finalidades mais apropriadas a cada um deles. Este termo também podia ser utilizado para destacar a pureza ou alta qualidade de um animal. Neste contexto não era exclusivo dos cães aplicando-se, por exemplo, também aos equídeos. Encontramos a utilização do termo *casta*, com esta finalidade, nomeadamente, quando D. Afonso V pede a Gil Martins, seu monteiro e guardador, para manter "*em sua vida hua sabuja de casta*",[6] ou quando Álvaro Lopes de Chaves, no seu *Livro de Apontamentos*,[7] escreve: "*que fossem lançados caualos a egoas nos luguares abaixo apontados pera fazerem casta*".

No decorrer da investigação que levámos a cabo, centrada na documentação respeitante, sensivelmente, ao espaço hoje ocupado por Portugal, identificámos as seguintes *castas*: alão (ou alano), sabujo (ou rastrego), galgo, podengo, cáravo e o mastim (cão de gado, mestiço ou rafeiro).

O alão era um cão de caça por excelência, sendo muito comum na Península Ibérica e no sul da Europa.[8] Sobre este D. João I[9] menciona que "*son a mays linda casta de caães que todallas outras que Deus fez e nós conhescemos*". A referência mais recuada a esta *casta*, no espaço onde se viria a formar Portugal, foi detetada ainda no século X, mais concretamente no ano 995, num contrato de venda em que um tal Paio Rodrigues vende a Miro Gontemiriz, e sua esposa, terças de Faiões e do Mosteiro de S. João (concelho de Chaves). Nesta carta surge uma menção a um alão, um cavalo (avaliado em

[6] ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 31, f. 121r.

[7] CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489): códice 443 da coleção pombalina da B.N.L.* Editado por Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983, p. 274.

[8] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, pp. 100-101.

[9] ABALO BUCETA, José Maria de. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2008 [Tese de Doutoramento], p. 115.

500 soldos) e um açor mudado,[10] utilizados como moeda de troca no pagamento da venda consignada nesta carta.[11] Dado o contexto em que este canídeo surge documentado – ladeado de outros dois animais utilizados na prática cinegética – parece-nos possível que se tratasse de três animais treinados para a caça, talvez em conjunto, embora o alão não seja a *casta* mais indicada para as atividades cetreiras.[12] É até possível que estes três animais tivessem sido vendidos em conjunto por estarem treinados para caçar em simultâneo e ambientados à presença uns dos outros.[13]

Era um tipo de canídeo com natural apetência "para tomar (filhar) o porco"[14], e as suas características físicas não deixavam esconder esse seu grande propósito. Na documentação portuguesa são várias as evidências que podemos encontrar sobre o poderio físico deste animal. É com base nessa premissa que entendemos o seguinte relato contido no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, descrito como um milagre, dada a improbabilidade de acontecer:

> E lançaram uu osso da mesa, e veerom a pelejar uu alão e ua podenga sobr'ele em tal maneira que a podenga travou ao alão em a garganta e

[10] Neste contexto, a utilização do termo «mudado» (*mutatum*) parece ser uma referência à idade do animal – que no caso das aves de rapina se contabiliza em mudas. Seria, portanto, um açor que teria completado a primeira muda de penas.

[11] Conforme consta em documento no *Liber Fidei*: "*Et accepi de vobis precium I.m caballum de quingentos solidos et I.m azorem mutatum et I.m alanum*". COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, José (ed.). *Liber Fidei: Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016, vol. 1, pp. 579-580.

[12] A falcoaria podia ser praticada, precisamente, com cavalo, ave de presa e cão. Podemos ver esta atuação conjunta, por exemplo, nas cenas de caça presentes nos túmulos de Vasco Esteves de Gatuz, de Fernão Sanches ou de Gomes Martins Silvestre, do século XIV. Sobre estes veja-se: ERIAS MARTÍNEZ, Alfredo. "El jabalí y el jabalí demonio en los sepulcros galaicoportugueses del siglo XIV". Em: FRADEJAS RUEDA, José Manuel (ed.). *La Caza en la Edad Media*. Tordesillas: Universidad de Valladolid; Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal, 2002, p. 51; FERNANDES, Carla Varela. *Poder e Representação: Iconologia da Família Real Portugues. Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV*. Lisboa: Universidade Novas de Lisboa, 2005 [Tese de Doutoramento], vol. II, pp. 528-533.

[13] Para além da relação entre o Homem e o animal, não podemos esquecer as relações que os animais domesticados, ou domados, podiam ter entre si. Neste caso concreto, devemos ter em especial conta o açor que, apesar de poder ser treinado, não configura uma espécie domesticada, tendo por norma um comportamento mais imprevisível, próprio da sua natureza selvagem.

[14] PEREIRA, Francisco Esteves. "Introdução". EM: PEREIRA, Francisco Esteves (ed.). *Livro da montaria feito por D. João I, rei de Portugal, conforme o manuscrito nº 4352, da Biblioteca Nacional de Lisboa*.. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. LVII.

> matou-o. E dom Diego Lopez, quando esta vio, teve-o por milagre, e sinou-se e disse: Santa Maria val, quem vio nunca tal cousa![15]

No *Livro de Montaria*, de D. João I, entre as inúmeras referências ao alão, que é a *casta* mais referida neste tratado,[16] surge até um relato, algo mitificado, que remonta ao tempo de Alexandre o Grande e envolve alãos que conseguiam caçar elefantes e até leões.[17] Embora esta narrativa não tenha, necessariamente, um fundo de verdade, não deixa de ilustrar a perceção que os Homens do medievo tinham da índole feroz deste animal e do seu grande porte, expressa também num outro relato, contido na *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes:

> O page seu que tiinha os alaãos (…) e ante que adormecesse (…) atou as treellas dos alaãos hũua na perna e outra d'arredor de ssi pella cintura. Em este comeos sobreveo o gram porco (…) e veo nacer per a bicada de hũu monte junto com a armada hu jazia o iffante e seu page dormindo. Hora devees de saber que aquell boom alaão de Bravor, comprido d'ardimento e de boondades, segundo sua natureza era assi acostumado que sem treellas aguardava com o rrosto na estribeira (…) e porco nem husso, nem outra animalia com que sse encontrasse nom avia de travar em ella, a menos de lho mandarem fazer. E quando o porco assi naceo, o outro alaão Rrabez deu hũua arrancada, e o Bravor teve-sse quedo; e quando Rrabez vio que sse o porco saya e que o nom desatreellavom, fez hũua grande arrancada por hũu mesto mato, levando após ssi o page e o outro alaão.[18]

Note-se a força, ferocidade e a natureza predatória com que estes animais são descritos, configurando verdadeiros cães de agarre que, segundo este relato, não deixavam de investir nem na presença de um urso. Podemos ainda acrescentar as palavras do rei D. Duarte de Portugal, no seu *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela*:

> E daquesto me parece que vejo exempro muyto claro nos alaãos, que nom som razoavees, mas de sua inclinaçom natural huus seendo

[15] MATTOSO, José (ed.). *Portvgaliae Monvmenta Historica Nova Série.* vol. II/1: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p. 139; BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, p. 30.

[16] SOUSA, Afonso Soares de. *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023 [Dissertação de mestrado], p. 78.

[17] ABALO BUCETA, José Maria de. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2008 [Tese de Doutoramento], pp. 117-118.

[18] LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Editado por Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 352-353.

> sobejamente ardidos, se lançam das casas abaixo, e passam per fogo, e fazem outras sandices.[19]

Compara-os, em seguida, com os judeus (que aqui representam os covardes) acrescentando que "*nehua cousa duvydosa ousam filhar*".[20]

Neste contexto, não admira que Gaston Phébus tenha escrito que vira um destes cães matar o próprio dono, numa referência que interpretamos como uma demonstração da aura violenta com que os homens medievais olhavam o alão.[21] Era, portanto, um animal possante e com uma incansável mandíbula que utilizava para agarrar as presas de grande porte pela orelha, perna ou focinho.[22]

Os cães desta *casta* parecem estar retratados na tumulária medieval portuguesa, mormente aos pés dos donos que os quiseram representar no seu local de repouso eterno. Destacam-se pelo seu grande porte, orelhas curtas (muito provavelmente cortadas)[23] e focinho achatado, por vezes esculpido de forma muito semelhante ao de um urso.[24]

---

[19] DUARTE (D.) DE PORTUGAL. *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta.* Editado por Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, pp. 43-44.

[20] DUARTE (D.) DE PORTUGAL. *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey Dom Eduarte de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta.* Editado por Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p. 44.

[21] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 101.

[22] "E se uir que quando o alaão tem o porco e o porco o fere e o alaão o tem con grande força e com grande sanha e que pola ferida se apega mays fortemente con elle", ABALO BUCETA, José Maria de. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2008 [Tese de Doutoramento], p. 118. Parece-nos importante realçar que, nos dias que correm, existem iniciativas que estão a tentar recuperar e oficializar a raça que denominam *alano español* que é, certamente, o herdeiro mais próximo do alão medieval. Damos como exemplo a *Asociación Nacional de Criadores de Alano Español* (ANCAE) e o *Club del Alano español*.

[23] Na região do sul de França, pelo registo deixado por Gaston Phébus, era prática comum cortar as orelhas aos alãos, algo que, a julgar pelas representações citadas em seguida, também seria usual em Portugal (KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 101).

[24] Vejam-se, por exemplo, os túmulos de D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, no Mosteiro de São João de Tarouca; de Fernão Gonçalves Cogominho, conservado no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora; de D. Pedro I de Portugal, presente no Mosteiro de Alcobaça; e de Vasco Esteves de Gatuz que se encontra na Igreja de São Francisco, em Estremoz. Todas as identificações são conjeturais, baseando-se na observação de algumas características mais marcantes que parecem ter sido propositadamente representadas. Realçamos, no caso do túmulo de D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, a análise muito completa apresentada no recente estudo de Gonçalo Vidal Palmeira. Contudo, realçamos que não nos parece que o canídeo representado seja um mastim - conforme avançado por este autor - uma vez que, tal como veremos adiante, esse era uma animal mais próprio das camadas populares e utilizado, sobretudo, para

Muito famosos na Idade Média eram também os sabujos. Estes canídeos tinham como traço mais característico as orelhas grandes e penduradas, destacando-se de entre as restantes *castas* pelo seu apuradíssimo faro.[25] Tal como o alão, surge com um especial relevo no *Livro da Montaria* de D. João I, mas a grande diferença é que, enquanto o alão servia sobretudo para agarrar a presa, o sabujo procurava e perseguia.[26] O grande interesse dos monarcas nos sabujos – e nas suas qualidades venatórias – denota-se desde o reinado de D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, e esta *casta* manter-se-á a mais procurada pelos monarcas portugueses até, pelo menos, os finais da Idade Média.[27] Isto prende-se, em boa medida, com o perfil eclético destes canídeos no contexto de diferentes práticas cinegéticas.[28]

Parece-nos que esta *casta* tinha uma outra denominação. Nos *Costumes e Foros de Castelo Bom*, *Alfaiates* e *Castelo Melhor* encontramos referências ao "*can rostrego*",[29] "*can rustrigo*/*rustigo*" e ao "*can rastriego*".[30] Curiosamente, nestes documentos

guardar gado, espaços agrícolas ou habitacionais. No contexto em apreço, não só a representação do animal nos parece mais com a de um alão, como o contexto de montaria, fortemente presente neste túmulo, é mais próprio dessa mesma *casta* de cães. PALMEIRA, Gonçalo Vidal. "O moimento de D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos. O túmulo de um senhor descendente de reis". In: *Armas e Troféus*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2021, vol. IX, n.º 23, pp. 141-174.

[25] ESPÍ FORCÉN, Carlos. «El sabueso medieval. Fuentes e iconografía desde su origen hasta los tratados cinegéticos del siglo XIV». In: *Boletín de Arte-UMA*. Málaga: Universidad de Málaga, 2019, nº 40, pp. 123-133. Parece-nos verosímil apontar que a representação de três canídeos, na Chancelaria de D. João III, procure ilustrar três sabujos. ANTT, *Chancelaria D. João III*, Contratos, Livro 1, f. 93r.

[26] SOUSA, Afonso Soares de. *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023 [Dissertação de mestrado], p. 78.

[27] Eram precisamente estes cães que D. Afonso Henriques recebia, anualmente, do mosteiro que fundou, segundo as *Inquirições Gerais de 1258*, em Santo André de Gondomar, terra da Nóbrega (c. Ponte da Barca), MARQUES, Maria Alegria. "A alimentação no tempo de D. Afonso Henriques". Em: BARROCA, Mário Jorge (ed.). *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017, p. 261; SOUSA, Afonso Soares de. *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023 [Dissertação de mestrado], pp. 77-78.

[28] Este sabujo identificado no contexto medieval português corresponde, em boa medida, àqueles que Gaston Phébus refere como *chien courant* (running hound). De acordo com Hannele Klemettila "In Gaston Fébus' opinion, the running hound was a wonderfully versatile auxiliary: It had several techniques of hunting, and it was suitable for different kinds of game and in varied environments". KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 103.

[29] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consvetvdines.* vol. I, fasc. 6. Lisboa: Typis Academicis, 1868, p. 776.

[30] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consvetvdines.* vol. II. Lisboa: Typis Academicis, 1868, pp. 821, 931.

aparecem muitas outras *castas* – como o galgo, cáravo, podengo ou alão – mas não surge menção ao sabujo. A nosso ver isto deve-se à substituição da denominação "sabujo" por "rastriego" que seriam, na verdade, sinónimos. Sobre esta denominação, Paulo Drumond Braga refere que seriam cães rasteiros (provindo do castelhano *rastrero*), empregues na caça à lebre, raposa e lobo, mas não os engloba no grupo dos sabujos.[31] Contudo, a informação que apresenta parece apenas reforçar a associação que podemos estabelecer entre os *rastriegos* e os sabujos.

Entre todos os canídeos, os animais mais velozes eram, sem dúvida, os galgos – animais delgados, com perfil esguios, de pernas finas e longas e reconhecida elegância.[32] As suas capacidades físicas fizeram com que fosse utilizado, sobretudo, na caça às lebres e essa finalidade garantiu-lhe também a frequente designação de lebréu.[33] Dada a sua utilidade venatória, na perseguição às presas, não é de todo estranho que nos *Costumes e Foros de Castelo Bom* seja referido: "*Quem matar galgo (...) pague 2 morabitinos ao seu dono (...) e se quebrar perna a galgo, [pague] tanto como se o matasse*".[34]

Sendo que o seu principal propósito era perseguir e caçar animais de pequeno porte, entende-se com naturalidade que no *Livro da Montaria* de D. João I este animal não seja referido uma única vez. Não seria, efetivamente, o cão mais apreciado para a caça grossa, sendo que provavelmente o maior animal que podia caçar com segurança era a raposa.[35] Ainda assim, não devemos entendê-lo como um cão pouco apreciado. Note-

[31] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, p. 31.

[32] SOUSA, Afonso Soares de. «O cão medieval e as suas castas». *Boletim do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha*. Batalha: Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, 2023, nº 8, p. 18. O perfil esguio deste animal e, sobretudo, do seu focinho estreito parecem surgir representados num canídeo feito a traço vermelho num dos livros da Chancelaria de D. Afonso IV. Contudo, as orelhas eretas e afiladas afastam-se daquelas que, comummente, possui um galgo. Por outro lado, assemelham-se às do atual podengo, hoje conhecido também como coelheiro. Dado que a denominação «podengo», no período medieval, servia para identificar um canídeo semelhante ao atual perdigueiro, talvez a denominação galgo englobasse, por sua vez, os antepassados dos atuais podengos de grandes e médias dimensões. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, Livro 3, f. 16v.

[33] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, p. 29.

[34] SANTOS, João Marinho dos. *Costumes e Foros de Castelo Bom*. Lisboa: Colibri, 2018, p. 16.

[35] "*E assi como era grande monteiro, d'esta guisa era caçador de todas maneiras d'aves, assi d'açores come falcoões e gaviaães, galgos de lebres e rraposas e podengos de mostra*", LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Editado por Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 353-354.

se que nos *Costumes e Foros*, que apresentamos adiante a propósito do cáravo, o galgo surge sempre como uma das castas cujas penas, a quem provocasse a sua morte, eram mais avultadas.[36]

Outros indícios documentais parecem até sugerir que o galgo era um animal algo exclusivo e próprio de gente nobre. Em 1485 surge uma carta de coutada onde se proibia a caça de perdizes e perdigões no termo de Montemor-o-Novo, exceto se esta fosse feita com galgos "*e nom com outros cãaes*"[37]. O mesmo repete-se, por exemplo, em 1501 numa carta em que são coutadas as perdizes e lebres do termo de Beja.[38] Devemos ter em conta que, normalmente, as proibições cinegéticas se destinavam aos menos abastados, não englobando as práticas da caça desportiva, ou lúdica, praticada pela nobreza. Temos como exemplo paradigmático disto uma carta de 1466,[39] em que D. Afonso V reserva a caça aos "*porcos e outra veaçom*" em todo o território a Norte do Douro "*assy nas nossas terras como dos outros gramdes fidalgos*", salvo se essa fosse praticada "*a cauallo ou a pee aas lanças e com cãaes*", numa clara preservação da caça de montaria. A justificação que apresenta para tal é bastante clara:

> todo homem soltamente mata todollos porcos e outra veaçom com todas armadilhas çepos e beesta que lhe praz em tall deuassidade que assy nos como outras pessoas que por seus desemfadamentos queyram amdar a monte hordenado os nom acham nem os ha na terra como soya de seer (…) porque tall caça e veaçam mays sse custumou seer rreseruada na terra por ser nobre exerçiçio e gramde desemfadamento do Rey e gramdes do regno que por neçessidade do mantijmento comum.

Sugerimos, portanto, que a preservação da caça com galgos teria na sua génese a mesma motivação e que, consequentemente, esta *casta* seria, em certa medida, própria de indivíduos mais abastados. Para os restantes seria mais comum aquele que surge documentado como cão de gado, entre outras denominações, sobre o qual falaremos

[36] Este assunto será desenvolvido adiante, no âmbito da *casta* dos cáravos.

[37] NEVES, Carlos Baeta (ed.). *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias reais*. vol. 3: *1481-1493*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1982, p. 76.

[38] NEVES, Carlos Baeta (ed.). *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias reais*. vol. 4: *1495-1521*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1983, pp. 171-172.

[39] NEVES, Carlos Baeta (ed.). *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias reais*. vol. 2: *1439-1481*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1982, pp. 142-143.

adiante. A exclusividade do galgo e o gosto que os mais abastados tinham por ele não se limitava ao reino português, sendo o cão favorito entre as elites europeias.[40]

As fontes cronísticas ajudam-nos a corroborar esta ideia, demonstrando a presença deste animal junto de cavaleiros, mesmo quando seguiam para paragens muito distantes, como o Norte de África. Gomes Eanes Zurara descreve, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (1997: 372-3), o seguinte:

> E Mem Soarez levou ho caminho de Barbechete e, quamdo foy jumto com hũ oytero que he çerca de ho caminho que vem de Barbeche pera a çidade, açertou-se que hia amt'elle hũ gallgo de Lopo Vazquez, e pareçee que semtyo os mouros e começou de se emouriçar, e Mem Soarez teve quedo. E os mouros descobriram-se logo e mataram aquelle gallgo, [emtemdemdo] que ha sua vimda lhe fezera perder o que elles tamto desejavã.[41]

O mesmo cronista relata também no mesmo texto:

> assy da morte de Fernam Barreto, como da prisão de Rruy Gomez da Sylva. Homde aveis de saber que, estamdo estes fidallgos em Çepta, aquelle filho de Gomçallo Nunez, assy como hera nobre no samgue, assy avia nobres comdições e costumes e, porque avia dias que nõ sayra fora da çidade, chamando-o aquella a que se nenhũa criatura vyvemte pode escomder, pareçeo-lhe que aquelle dia estava efadado. E queremdo hyr folgar com dous gallgos que tinha (...) pera seu desemfadamemto. E amdamdo assy buscamdo sua caça com pouca gemte (…).[42]

O podengo é também uma das *castas* mais documentadas no Portugal medieval, surgindo referido antes da formação do reino, conforme veremos em seguida. Parece-nos verosímil que, tal como destaca Jorge Rodrigues, este não fosse semelhante ao animal que hoje denominamos comummente de podengo (coelheiro).[43] Embora cientes da discussão em volta das origens do perdigueiro português, que envolvem também este podengo medieval,[44] importa-nos, sobretudo, versarmos sobre este animal com base na

[40] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 102.

[41] ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Editado por Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 372-373.

[42] ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Editado por Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 404-405.

[43] RODRIGUES, Jorge. *Perdigueiro português: o cão de parar.* Lisboa: Inapa, 1993, p. 14.

[44] CORREIA, Manuel. *O Perdigueiro Português.* Lisboa: Editorial Presença, 1981; BARROSO, Domingos. *O Perdigueiro Português.* Porto: Gazeta das Aldeias, 1990; RODRIGUES, Jorge. *Perdigueiro*

documentação que diz respeito ao espaço português e, simultaneamente, ao período medieval.[45]

As referências que detetámos para os podengos medievais remontam ao século XI.[46] Curiosamente, mas não por acaso, na maioria das menções estes surgem sempre acompanhados de um *accipiter*, açor ou açoreiro. Desde logo, em dois documentos, um de 1072 e outro de 1074, surgem "*unum accipitrem et unum potengum*"[47] e "*uno accipiter et uno potenco*".[48] Em 1130, Afonso Henriques recebe um destes cães pela róbora de uma doação.[49] Nas *Inquirições Gerais* de 1258, aparece novamente a parelha de animais, no testemunho deixado por um tal Miguel Peres de Outeiro alegando que, no tempo de D. Sancho I (1185-1211), este monarca tinha entregado uma herdade em troca de 1 açor e uma podenga.[50]

Já no tempo de D. Afonso III, concretamente no ano de 1261, a propósito do pessoal cinegético que este monarca estipulava para a sua Casa, surgem, entre cães de

português: o cão de parar. Lisboa: Inapa, 1993; BARROSO, Domingos. *Ainda o Perdigueiro Português.* Aveiro: Tipave, 1994.

[45] Realçamos a representação contida na *Chancelaria de D. Dinis*, cujo manuscrito já resulta de um traslado do século XV, de um canídeo que poderá ser um registo desta *casta* (ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 4, f. 55r). Cientes de que estes podengos medievais são, muito provavelmente, os antepassados dos atuais perdigueiros, não podemos deixar de notar que os traços mais característicos desta raça estão contidos nesta representação do século XV. Do desenho feito, destacam-se os seguintes elementos: entre a testa e o focinho, encontra-se aquilo que hoje denominamos de «stop», que nesta representação é bastante marcado (cerca de 90º); no focinho o lábio superior está avançado em relação ao inferior e as narinas são largas; as orelhas médias, pendentes e mais largas na base; o pescoço direito e comprido. Todos estes aspetos coincidem, perfeitamente, com a descrição física de um perdigueiro atual: BAATZ, Manfred; BAATZ, Maria. *Raças de Cães*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 132.

[46] No ano de 1060 surge a seguinte referência: "*et acebimus de uos alia que mici bene complagui et uno potemgo in pretio*": HERCULANO, Alexandre (ed.). *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae.* vol. I, fasc. 2. Lisboa: Typis Academicis, 1869, p. 264.

[47] COSTA, Avelino de Jesus da; MARQUES, José (ed.). *Liber Fidei: Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga: Arquidiocese de Braga, 2016, vol. 1, p. 327.

[48] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Diplomata et Chartae.* vol. I, fasc. 3. Lisboa: Typis Academicis, 1870, p. 317.

[49] MARQUES, Maria Alegria. "A alimentação no tempo de D. Afonso Henriques". Em: BARROCA, Mário Jorge (ed.). *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017, p. 261.

[50] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. vol. I, fasc. 8. Lisboa: Typis Academicis, 1961, p. 1182.

outras *castas*, os podengos que deveriam ser trazidos pelos açoreiros.[51] Sabemos, ainda, que algumas décadas mais tarde Lourenço Esteves de Fermoselha – cónego de Coimbra e chantre de Viseu falecido em 1318 – possuía cadeias para podengos, com ramal, entre os seus bens.[52] Não podemos ignorar que, também neste contexto, surge a referência a um açoreiro que servia o referido clérigo.[53]

Percebe-se, portanto, que há uma clara ligação entre os podengos medievais e a cetraria, em particular daquela que se praticava com a técnica de baixo voo, adaptada mormente à utilização do açor, a quem o podengo surge sistematicamente associado. Neste contexto torna-se ainda mais relevante a única menção identificada no *Livro da Montaria* de D. João I ao podengo, onde este vem identificado como "podengo de mostra".[54]

Os cães de mostra, ou de parar, são aqueles que "procuram a caça pelo rasto ou pelas emanações trazidas pelo vento e instintivamente se imobilizam num espasmo nervoso quando o olfato ou vista lhes dizem que o animal está próximo".[55] Este conceito estava bastante difundido no medievo português sendo vários os vestígios escritos da sua utilização.[56]

As qualidades instintivas destes animais eram de tal forma proveitosas na prática venatória que a sua posse era, aparentemente, vedada (pelo menos em alguns espaços do reino). Notemos o caso da vila de Fronteira (e termo), onde existia uma coutada régia, e

---

[51] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consvetvdines.* vol. I, fasc. 2. Lisboa: Typis Academicis, 1858, p. 200.

[52]MORUJÃO, Maria do Rosário; SARAIVA, Anísio Miguel. "O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†): uma abordagem prosopográfica". In: *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2001, nº 13-14, p. 92.

[53] MORUJÃO, Maria do Rosário; SARAIVA, Anísio Miguel. "O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†): uma abordagem prosopográfica". In: *Lusitania Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2001, nº 13-14, p. 92.

[54] ABALO BUCETA, José Maria de. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2008 [Tese de Doutoramento], p. 115.

[55] COSTA, Carlos Eurico da (ed.). *A Caça em Portugal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1963, vol. 2, p. 407.

[56] "*cam de mostras*", NEVES, Carlos Baeta (ed.). *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias reais*. vol. 1: *1208-1483*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1980, p. 160; "*podengo de mostrar*", NEVES, Carlos Baeta (ed.). *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias reais*. vol. 2: *1439-1481*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1982, p. 206.

onde nenhuma pessoa podia caçar ou sequer manter em sua casa um cão de mostra.[57] Em Lisboa também existiria interdição semelhante. Só isso explicaria o facto de que, em 1482, D. João II tenha dado licença a Mem Gonçalves, clérigo de missa beneficiado na Igreja de Santa Justa, para criar cães de mostra e os ter consigo para caçar no termo da cidade.[58]

Tendo em conta que estes canídeos teriam como principal função o apoio à caça de cetraria – onde os podengos intervinham, certamente, como identificadores das presas que os açores prontamente tomariam com as suas garras – é muito provável que estes fossem os congéneres daqueles que Gaston Phébus identifica como *chien d'oysel*, também conhecidos como *espaignolz* (segundo o mesmo autor) dado que muitos deles provinham precisamente da Hispânia.[59] Embora não tenhamos documentação medieval portuguesa que nos permita caracterizar fisionomicamente os cães desta *casta*, caso os associemos aos cães de aves identificados por Gaston Phébus, podemos assumir a seguinte descrição:

> a large head and strong body, a smooth white or speckled coat, and a thick tail (…) floppy ears like modern spaniels (…) coat is sometimes short and smooth, sometimes long and curly, and the colours varies a lot, from white to brown, grey and spotted.[60]

Uma das castas mais enigmáticas, entre aqueles que marcaram presença no oeste peninsular, é o cáravo. Paulo Drumond Braga indica que esta *casta* surge na

[57] "*Item nenhuua persoa da dicta villa e seus termos nom caçe na dicta coutada com cam de mostra e os que em ella morarem o nom tenham em Casa Sob penna mill Reais E perder o cam*". NEVES, Carlos Baeta (ed.). *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias reais*. vol. 3: *1481-1493*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1982, p. 105.

[58] "*fazemos saber que querendo nos fazer graca e merçee a mem gonçallvez crerjguo de mijssa beneficiado em a Igreja de santa Justa da nossa cidade de lixboa temos por bem e damos lhe lvçença e lugar que elle possa criar caaes de mostra e os teer e per sy com elles caçar em termo da dicta cidade*". NEVES, Carlos Baeta (ed.). *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chancelarias reais*. vol. 3: *1481-1493*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, 1982, p. 19.

[59] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 104.

[60] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 104.

documentação portuguesa apenas num único documento, em 1209.[61] Embora tenhamos encontrado mais algumas evidências documentais, este é efetivamente um canídeo pouco presente nos escritos medievais portugueses.

Dado o reduzido número de dados que possuímos sobre o cáravo, não é possível saber de forma detalhada que tipo de canídeo seria.[62] Contamos, essencialmente, com as pistas que os *Costumes e Foros* nos deixaram, onde surgem as coimas aplicadas àqueles que matassem o cão de outrem.[63] Apresentamos, em seguida, os documentos onde os cáravos surgem, ladeados de outras *castas*, bem como os respetivos valores cobrados a quem provocasse a sua morte.

Tabela 1: Penas aplicadas pela morte de diferentes castas de cães[64]

	Costumes e Foros de Castelo Bom	Costumes e Foros de Alfaiate	Costumes e Foros de Castelo Rodrigo	Costumes e Foros de Castelo Melhor	Costumes e Foros da Guarda
Galgo	2 mor.	2 mor.	2 mor.	2 mor.	2 mor.
Cáravo	1 mor.	1 mor.	1 mor.	1 mor.	5 sld
Rastrego	1 mor.	2 mor.	1 mor.	1 mor.	-
Podengo	2 mor.	2 mor.	2 mor.	2 mor.	2 mor.
Alão	2 mor.	2 mor.	2 mor.	2 mor.	-

[61] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, p. 31.

[62] Sobre as origens deste termo e os seus possíveis significados, no contexto Ibérico, vejam-se os estudos de Antonio M. Fernandez Domínguez (FERNÁNDEZ DOMÍNGUEZ, Antonio M. "El perro en España hasta el fin de la Edad Media según Fueros y Ordenanzas (IV)". In: *Boletín informativo de la Real Sociedad Canina de España*. Madrid: Real Sociedad Canina de España, 2012, nº 36, pp. 56-65; FERNÁNDEZ DOMÍNGUEZ, Antonio M. "El perro en España hasta el fin de la Edad Media según Fueros y Ordenanzas (V)». In: *Boletín informativo de la Real Sociedad Canina de España*. Madrid: Real Sociedad Canina de España, 2013, nº 37, pp. 60-69.

[63] SILVA, Manuela Santos; TAVARES, Alice. "Animais Utilizados como Instrumentos de Trabalho e de Transporte". Em: BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 95.

[64] Fontes: *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consvetvdines.* vol. I, fasc. 5. Lisboa: Typis Academicis, 1866, p. 776; *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consvetvdines.* vol. I, fasc. 6. Lisboa: Typis Academicis, 1868, pp. 821, 888, 931; *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consvetvdines*. vol. II. Lisboa: Typis Academicis, 1868, p. 7.

Cão de gado	-	-	-	-	2 mor.

Pelos valores apresentados na *Tabela 1: Penas aplicadas pela morte de diferentes castas de cães*, entendemos que o alão, podengo e galgo encabeçam estas valorizações, estando presentes em simultâneo em praticamente todos os Costumes e Foros, sempre com uma multa de 2 morabitinos. O cão de gado, aparece apenas uma vez neste contexto, mas também com este valor. O rastrego, também comummente denominado sabujo, variava entre 1 e 2 morabitinos e o cáravo, com a menor apreciação, entre 1 morabitino e 5 soldos (moeda de menor valor). Entende-se, assim, que esta *casta* não seria especialmente valorizada em relação às restantes, talvez por não desempenhar funções com tanto impacto económico no seio daquela sociedade.

Por fim, importa destacar também o mastim, mestiço, cão de gado ou rafeiro - denominações que, aparentemente, se referiam ao mesmo tipo de animal. Sobre estes D. João I não tece considerações no seu *Livro da Montaria*, dado que a caça não era a atividade mais adequada a este canídeo. Por outro lado, no *Livre de Chasse* de Gaston Phébus, são feitas algumas considerações sobre ele, ainda que seja o cão com menos destaque em toda a obra.[65] Este era, "a very common type in his time, and it served more often as a guard dog than as a proper huntig dog".[66]

Segundo Paulo Drumond Braga,[67] partindo das palavras de Bluteau, o mastim vem do mestim ou mestiço, porque é filho de cão e loba, ou de cadela e lobo. De facto, a documentação medieval parece corroborar, em parte, esta ideia. Podemos identificá-lo como cão de gado nos Costumes e Foros da Guarda onde vem referido o "*perro de gaado*".[68] Nas Cortes de Lisboa de 1498, a propósito dos capítulos especiais de Évora, encontramos referência a estes cães que são chamados cães de guarda (de gados e de

[65] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 105.

[66] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 105.

[67] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, pp. 31-32.

[68] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Leges et Consvetvdines.* vol. II. Lisboa: Typis Academicis, 1868, p. 7.

casas) e também apelidados de rafeiros.[69] Para as mesmas Cortes, mas nos capítulos especiais de Óbidos, encontramo-los como cães de guarda "*de seus gados dos lobos Raposos outros bichos que lhe muito dãpno nelles fazem*", e como cães mestiços.[70]

Entende-se, portanto, que no Portugal medieval, para além de serem comummente apelidados de cães de guarda, recebessem outros nomes que sugeriam a sua mistura com o lobo (mestiço, rafeiro). Isto não se justifica, necessariamente, por serem animais híbridos, verdadeiramente descendentes diretos do lobo, mas pelas características físicas que possuíam e os assemelhavam aos referidos ancestrais selvagens. Nas palavras de Gace de la Bigne, autor francês quatrocentista, os mastins eram "strong, hard, and heavy dogs, and sometimes very hairy, noisy, and rather stupid".[71]

Assim, a farta corpulência deste animal, fazia dele um bom amigo do homem em questões de segurança. Voltando aos registos de Cortes já mencionados, percebemos que estes animais desempenhavam diversas funções. Serviam, desde logo, (1) para proteger os gados; (2) para guardar as casas e terrenos agrícolas; (3) para defender animais domésticos e pessoas de lobos, raposas e outros animais selvagens; e (4) poderiam ainda caçar, eventualmente por iniciativa própria e sem ordem do seu dono, sendo precisamente esse um dos problemas debatido nas Cortes de Lisboa de 1498.[72]

Este era um «cão popular» (em ambos os sentidos), pouco apreciado por nobres que queriam sobretudo canídeos para a caça e muito valorizado pelas gentes que, acima de tudo, precisavam de garantir a segurança do seu gado, terra, casa e família. Talvez por este mesmo motivo, sejam animais pouco documentados, estando sobremodo arredados da tratadística, cronística e das referências que vão surgindo, por exemplo, aos presentes

[69] DIAS, João José Alves (ed.). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I: Cortes de 1498* (2002). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2002, p. 403.

[70] DIAS, João José Alves (ed.). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I: Cortes de 1498* (2002). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2002, pp. 469-470.

[71] KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 105.

[72] DIAS, João José Alves (ed.). *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I: Cortes de 1498* (2002). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2002, pp. 469-470.

diplomáticos que reis e senhores trocavam entre si – assunto que desenvolvemos adiante.[73]

2. Utilizações dos canídeos.

Os cães são a mais próxima companhia do ser humano há mais de dez mil anos, desde que foram domesticados a partir do lobo. Isso deveu-se, em boa parte, à lealdade e devoção que estes animais nutriram, desde cedo, pelos seus parceiros que paulatinamente passaram a percecionar como donos (Walker-Miekle, 2014: 4).[74] Neste contexto, as utilidades dos canídeos no seio da sociedade Humana foram várias, inclusivamente ao longo da Idade Média.

A função que mais parece moldar os rótulos que o Homem impôs aos cães, na atribuição e diferenciação das várias *castas*, é a cinegética. E seria precisamente essa uma das principais funções do cão, senão a mais relevante. Tal como explorámos até agora os alões, sabujos, galgos e podengos, são grupos de canídeos definidos, em boa medida, pelo papel que desempenhavam na caça.

Assim, eram essenciais os sabujos e alões na perseguição e agarre da caça grossa das montarias. Os podengos medievais, ditavam as mostras na cetraria. Na caça às lebres – e de outras animálias de pequeno porte – era imperiosa a presença do galgo ou lebréu. Mesmo em caças percecionadas, naquela época, como menos prestigiantes, longe do âmbito da caça lúdica ou desportiva, como a que se fazia com besta ou com furão, também a presença dos cães era de extrema importância.[75]

---

[73] "It has been suggested that because of their shaggy, wild, and unrefined looks, mastiffs were quite unsuitable to act as royal or aristocratic gifts". KLEMETTILA, Hannele. *Animals and Hunters in the Late Middle Ages.* Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 106.

[74] WALKER-MEIKLE, Kathleen. *The Dog Book: Dogs of Historical Distinction*. Oxford: Old House, 2014, p. 4.

[75] A caça com furão era uma atividade profundamente difundida por todo o reino de Portugal, tendo deixado algumas evidências documentais. Seria, certamente, uma atividade largamente praticada pelas camadas menos abastadas da sociedade. O estudo da caça com furão, no contexto medieval português, foi analisado por Afonso Soares de Sousa no *VII Congreso Internacional o Camiño do Medievalista: Chronicon Mundi* (abril de 2024). Sobre esta temática, noutras geografias europeias, veja-se: THOMSON, Alexander P. D.. "A History of the Ferret". In: *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*. Oxford: Oxford University Press, 1951, vol. 6 (Autumn), n.º 4, pp. 471-480; DAMME, Dirk Van; ERVYNK, Anton. "Medieval Ferrets and Rabbits in the Castle of Laarne". In: *Helinium*. Weteren: Universa, 1988, vol. 28, n.º 2, pp. 278-284.

Dentro das casas – das mais modestas às mais ostentosas – também habitavam cães que, por vezes, poderiam destinar-se a ser apenas animais de companhia.[76] Não seria de todo estranho encontrá-los nas camas, a dormir com os seus donos, ou junto da mesa na hora das refeições.[77]

Estes fiéis amigos do homem eram também exímios guardas, ou cães de alerta, tanto no contexto civil como militar. Nestas tarefas, destacam-se os mastins. Tal como já referimos, o seu grande porte e aparente hibridação com o lobo faziam deste animal um feroz defensor de pessoas, animais domesticados e espaços.

Destacamos, para o plano civil, o exemplo já enunciado por Paulo Drumond Braga[78] retirado de uma cantiga de escárnio na qual é descrito que, pedindo Gonçalo Eanes do Vinhal abrigo na casa de um infanção, lhe foi lançado um "*gran can enriçado*", identificado como um mastim.

Este é apenas um exemplo que nos demonstra que estes canídeos estavam presentes junto das casas e terras de pastores e lavradores, como pudemos constatar anteriormente pelas queixas em Cortes, mas que também podiam ser mantidos por indivíduos de maior estatuto social e riqueza. Seriam, certamente, essenciais na proteção de pequenas comunidades e explorações agrícolas, sobretudo das mais isoladas e arredadas dos grandes centros urbanos.

Mas não só os mastins serviam como cães de guarda e de alerta. Atente-se, por exemplo, no relato contido na *Crónica de D. Pedro de Meneses*[79] – que já destacámos anteriormente a propósito do galgo – onde podemos entender que Mem Soares foi salvo de uma cilada preparada pelo inimigo que foi denunciado por um galgo (que pertencia a Lopo Vasques de Castelo Branco) que naquele momento o acompanhava. Através deste

[76] Dois desses animais parecem ser aqueles que ficaram representados aos pés de D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372), no túmulo presente na Capela de São Pedro de Balsemão, em Lamego. Estes dois canídeos, de pequena dimensão, são um testemunho da proximidade afetiva que este eclesiástico teria em relação aos seus cães, que fez representar no seu túmulo aos seus pés, vigiando cada um o seu lado. Note-se, ainda, que estão adornados com coleiras decoradas, cujo feitio difere em boa medida das largas coleiras que podemos observar nas representações de alãos nos túmulos já mencionados.

[77] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, pp. 47-49.

[78] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, p. 75.

[79] ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Editado por Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 372-373.

caso, podemos entender que os instintos dos canídeos serviam também em contextos militares.

Mesmo nas fortificações medievais portuguesas, podiam estar presentes cães de guarda, como fica indiciado nas *Inquirições Gerais* de D. Afonso III: "*Et dixit quod casale Johannis Sancii et casale Munionis Veteris laborant duas leiras, et non dant porcionem quoniam debent nutrire canes pro castelo*."[80].

Embora não tenhamos encontrado provas documentais da utilização direta de cães em combate no Portugal medievo, referências como a que destacamos agora atestam o seu uso no contexto bélico.[81]

Olhando para o galgo de Lopo Vasques de Castelo Branco,[82] ou os outros dois de Fernão Barreto, também já mencionados,[83] podemos perceber que não seria pouco usual que cavaleiros e homens de armas se fizessem acompanhar dos seus cães, mesmo em expedições militares que rumavam a paragens bastante distantes. Neste contexto – e tendo em conta os instintos naturais do cão – não podemos ignorar que, tanto nas colunas de marcha, como nos acampamentos de campanha, estes podiam ser excelentes sinais de alerta da aproximação do inimigo.

Mais concreta e documentada é a utilização que, pelo menos em boa parte dos séculos XII e XIII, os monteiros de foro faziam dos cães que estavam incumbidos de criar e manter. Estes monteiros não eram ainda os oficiais de montaria, que começam a difundir-se, sobretudo, a partir de finais do século XIII – conhecidos precisamente pela mesma denominação –, nem os monteiros de Corte ou de cavalo, que acompanhavam a comitiva régia de forma continuada. Eram homens comuns, abrangidos pelo foro de montaria, que se dedicavam à exploração dos produtos do monte, entre os quais se destacavam os recursos cinegéticos.[84]

---

[80] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. vol. I, fasc. 4-5. Lisboa: Typis Academicis, 1917, pp. 634b-635a.

[81] MONTEIRO, João Gouveia. *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando.* Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 221.

[82] ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Editado por Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 372-373.

[83] ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Editado por Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 404-405.

[84] SOUSA, Afonso Soares de. *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023 [Dissertação de mestrado], pp. 15-19.

Aludirá a um destes casos de foros de montaria o testemunho que se recolhe numa *Inquirição Régia* de 1258, relativa a Armamar, segundo o qual:

> Interrogatus quod forum faciunt Regi de montariis, dixit quod debent ire ad montem cum Rege cum cornu et cane et cum azeuna sicut habent in usu, et vadunt in hostem cum corpore Regis cum azeuna et cane et cornu, et levat custodiendo ganatos Domini Regis, et pectant vocem et calumpniam.[85]

Podemos perceber que, para além do serviço cinegético que prestariam ao monarca com corno (olifante), cão e ascuma (pequena lança), estavam obrigados a integrar a hoste régia com os mesmos. No seio do exército real teriam a função primordial de guardar o gado onde os cães tinham, certamente, um papel crucial.

Mais relevante seria a responsabilidade destes monteiros na vigilância e defesa de pontos sensíveis da fronteira, aquando de incursões inimigas.[86] Note-se, por exemplo, que os homens de S. Mamede de Lindoso (que eram monteiros) estavam incumbidos de guardar os Portos de Lindoso e de Cabril, quando se avizinhava presença inimiga, tal como os de S. Martinho do Soajo (também monteiros) guardavam a Portela do Galo.[87] Esta defesa – da qual não resultariam grandes batalhas campais, mas porventura pequenas escaramuças – era fulcral para a vigilância dos avanços inimigos e preservação da segurança das comunidades, em momentos em que a hoste régia podia ainda nem estar reunida e urgia uma ação imediata. Para esta tarefa ninguém melhor que um grupo de monteiros podia intervir, dado que estes eram, seguindo as palavras de Iria Gonçalves: "Homens habituados às rudezas daquelas paragens, sabedores, como nenhuns outros, de todos os desvios e alcantilados serranos".[88]

Para além de auxiliares na caça, animais de companhia ou de guarda, serviam também para demonstrar riqueza e sumptuosidade, no plano social e político. Ter, ou oferecer, bons cães, guarnecidos com coleiras luxuosamente adornadas, era uma clara forma de afirmação, onde este animal assumia protagonismo.

---

[85] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. vol. I, fasc. 7. Lisboa: Typis Academicis, 1936, p. 1086.

[86] GONÇALVES, Iria. *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM/FLUP; Edições Afrontamento, 2013, pp. 31-43.

[87] *Portvgaliae Monvmenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones*. vol. I, fasc. 3. Lisboa: Typis Academicis, 1891, pp. 396a, 414a.

[88] GONÇALVES, Iria. *Por Terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM/FLUP; Edições Afrontamento, 2013, p. 37.

Era assaz comum que os canídeos fossem utilizados como prenda e não poucas vezes em contextos diplomáticos de cariz internacional.[89] O infante D. João, filho de D. Pedro e Inês de Castro, possuía dois alões (o Bravor e o Rabez), "*os quaaes amava tanto, que os lançava de noite consigo na cama*",[90] que lhe tinham sido oferecidos pelo Mestre de Avis, seu irmão, e Fernão Peres de Andrade.[91] O próprio monarca D. Fernando terá enviado como presente diplomático ao soberano de Granada seis alões e seis sabujos "*com collares brollados e foziis de prata dourados, e as treellas d'elles d'ouro fiado*".[92]

Esta prática não era exclusiva do reino português. Veja-se, apenas a título de exemplo, que o rei Filipe IV de França recebeu de Alberto I de Habsburgo 200 cães de caça.[93] Também podemos destacar a embarcação que Diogo Vasques de Portocarreiro capturou, onde encontrou três azémolas "*muy formosas*" e dez podengos que estavam a ser levados como presente para o soberano de Fez, segundo o relato de Gomes Eanes de Zurara.[94]

Conclusão.

Propusemo-nos traçar e elucidar, neste texto, algumas bases relativas ao estudo do cão medieval ou, mais precisamente, da relação que o Homem estabeleceu com este animal naquele tempo. Tal como boa parte dos textos de história animal, este é apenas mais um contributo para o estudo da perceção humana sobre os seres vivos que o rodearam.

---

[89] Não podemos ignorar que, conforme demonstrado por Marthe Czerbakoff, os cães, em especial os de caça, serviam como um indicador de status dos seus donos: CZERBAKOFF, Marthe. "El Perro En Los Tratados De Montería Castellanos (SS. XIV-XVI): De Auxiliar Cinegético a Atributo Del Poder". In: *Cuadernos Del CEMYR*. Tenerife: Universidad de La Laguna, 2023, N.º 31, pp. 101-113.

[90] LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Editado por Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 352.

[91] BRAGA, Paulo Drumond. *História dos Cães em Portugal: das origens a 1800.* Lisboa: HUGIN Editores, 2000, p. 94.

[92] LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Editado por Giuliano Macchi e Teresa Amado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 142.

[93] MOEGLIN, Jean-Marie. "Amitié et Relations Internationales". Em MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane. *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France/Humensis, 2017, pp. 214-215.

[94] ZURARA, Gomes Eanes. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Editado por Maria Teresa Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 407.

Reflexo disso são, desde logo, as divisões que rotularam os diferentes tipos de canídeos no Portugal medievo. As *castas* – que não devem ser confundidas com as atuais raças, por evidente risco de anacronismo – assentaram precisamente numa perceção antrópica oriunda da observação das características físicas do animal, dos seus instintos naturais (ou até incutidos) e comportamentos mais marcantes. Fatores que definiam, consequentemente, as suas finalidades.

Assim, identificavam-se e diferenciavam-se os ferozes alões dos sabujos farejadores, os velozes galgos dos podengos das mostras e os enigmáticos (para nós) cáravos dos imponentes mastins. Todos estes com distintas utilizações e, no seu conjunto, com um peso efetivo em diversos contextos da sociedade medieval portuguesa.

Marcaram presença junto das comunidades rurais, dependentes do seu papel na defesa de culturas agrícolas e gados de animais selvagens e mãos alheias. Auxiliaram falcoeiros e monteiros, nas mais variadas atividades cinegéticas, onde intervieram de forma fulcral. Serviram fielmente o Homem no alerta de perigos eminentes, inclusivamente no contexto bélico. Representaram até a ostentação dos seus donos e protagonizaram ações diplomáticas – servindo como oferendas – ou, simplesmente, descansaram junto dos seus pés, no conforto das suas casas e até das suas camas, tendo sido representados, em alguns casos, para os locais do repouso eterno dos seus donos.

Assim, o cão não era apenas mais um animal domesticado, mas um interveniente direto e crucial no quotidiano das mais variadas gentes do Portugal medieval e um braço direito do ser humano na sua ação eminentemente dominadora do meio natural envolvente.